Relatórios de auditores apontam grave crise nos hospitais do Inamps

13-09-89

Sob auditoria desde 4 de abril, os 17 hospitais da rede do Inamps do Rio deverão começar nesta semana a revelar ao Ministro da Saúde, Alcení Guerra, um quadro de crise gerencial, carência de cerca de 2.500 auxiliares de enfermagem e frequência irregular de funcionários ao trabalho. Os 30 integrantes da comissão de auditoria, entre médicos e auditores, já concluíram o relatório sobre o Hospital do Andaraí, que será o primeiro a ser encaminhado ao Ministério — o último tem conclusão prevista para 2 de junho. Hoje, eles se reúnem com o Coordenador de Cooperação Técnica e Controle do Inamps no Rio, Amaury de Carvalho, para discutir os relatórios que vão ser enviados a Brasília a partir desta semana.

Segundo Amaury de Carvalho — cujo cargo substitui o de Chefe do Escritório do Instituto

no Rio —, o maior problema detectado pelos auditores até agora é a má gerência de recursos, aliada a problemas ligados à má administração anterior do Inamps. Ele afirma que as unidades não eram tratadas de acordo com suas necessidades e que os diretores de hospitais, em muitos casos, faziam pedidos de verba sem estarem baseados em dados precisos e controlados do que necessitavam. Amaury de Carvalho exemplifica: muitos projetos eram feitos pelos diretores e tinham verbas pedidas diretamente à Presidência do Inamps, sem passar pelo escritório regional.

— Antigamente, qualquer expansão, para ser feita num hospital, tinha que ser pedida à Secretaria Nacional de Assistência Médica, que estudava a viabilidade, custos e outras questões relativas ao projeto. O projeto passava, primeiro, por um estudo da direção local do

Amaury de Carvalho, Coordenador de Cooperação Técnica

Inamps, e depois ia à Presidência do Instituto, que fazia outro estudo. Depois, acabou esta prática — diz Carvalho.

Ele ressalta que o escritório regional do Inamps não tinha noção do que se gastava no Estado, porque era tudo

tratado diretamente com a Presidência, em Brasília, e lembra o tempo em que cada hospital tinha que preencher um mapa de produção, com média de permanência, número de cirurgias etc, para controle das instâncias superiores.